FACULDADE SANT'ANA EM REVISTA

ISSN: 2526-8023

DOI: **10.5281/zenodo.24405624**

Dossiê Temático: Educação Inclusiva: Práticas, Políticas e Tecnologias para a Equidade Educacional

SEXUALIDADE E DEFICIÊNCIA INTELECTUAL: REVISÃO NARRATIVA DA LITERATURA SOBRE A ATUAÇÃO DOCENTE FRENTE ÀS DEMANDAS DO COTIDIANO ESCOLAR

Sexuality and intellectual disability: a narrative review of the literature on teachers' practice in the face of the demands of daily school life

Maria Luísa Salles Gonçalves [1]

Marlon José Gavlik Mendes[2]

Resumo: A sexualidade faz parte do desenvolvimento humano e está presente no cotidiano escolar, inclusive entre alunos com deficiência intelectual. Na educação especial, porém, o professor ainda encontra muitas dificuldades para lidar com esse tema. O objetivo geral deste estudo foi analisar como a produção acadêmica brasileira publicada entre 2015 e 2025 tem abordado a atuação docente diante das manifestações da sexualidade de estudantes com deficiência intelectual no contexto escolar, identificando os subtemas mais recorrentes e as lacunas desse campo. Para isso, realizamos uma revisão narrativa da literatura, com buscas no Google Acadêmico e na SciELO, que resultou em um corpus de 10 artigos sobre formação de professores, práticas pedagógicas e dificuldades enfrentadas por educadores. Os resultados indicam que muitos professores se sentem inseguros diante do tema, sobretudo porque não receberam formação específica e porque ainda circulam concepções equivocadas sobre a sexualidade dessas pessoas. A falta de orientação pode prejudicar o desenvolvimento dos alunos e suas relações sociais. Os estudos apontam que práticas baseadas no diálogo, na escuta e no respeito favorecem um trabalho mais consciente e inclusivo. Conclui-se que é preciso apoiar a formação docente e construir estratégias pedagógicas que tratem a sexualidade como parte do desenvolvimento dos alunos.

Palavras-chave: Sexualidade; Deficiência intelectual; Formação docente; Educação especial; Educação sexual.

ABSTRACT: Sexuality is part of human development and is present in everyday school life, including among students with intellectual disabilities. In special education, however, teachers still find it difficult to deal with this topic. The general objective of this study was to analyze how Brazilian academic production published between 2015 and 2025 has addressed teachers' practice regarding the sexuality of students with intellectual disabilities in the school context, identifying the most recurrent subthemes

[1] Mestranda em Educação Inclusiva, Programa de Mestrado Profissional em Educação Inclusiva em Rede (PROFEI), Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). E-mail para contato: maria.goncalves.uepg.t6@gmail.com

[2] Doutor em Educação Especial. Professor Adjunto da Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO) e do PROFEI/UEPG. E-mail para contato: mgmgavlik@hotmail.com

ISSN: 2526-8023

DOI: **10.5281/zenodo.24405624**

and the gaps in this field. To this end, we conducted a narrative literature review, with searches in Google Scholar and SciELO, which resulted in a corpus of 10 articles on teacher training, pedagogical practices and the difficulties faced by educators. The results indicate that many teachers feel insecure about the topic, mainly because they have not received specific training and because misconceptions about the sexuality of these people are still common. Lack of guidance can harm students' development and their social relationships. The studies suggest that practices based on dialogue, listening and respect support more conscious and inclusive work. We conclude that teacher training needs support and that pedagogical strategies should treat sexuality as part of students' development.

Keywords: Sexuality; Intellectual disability; Teacher training; Special education; Sexuality education.

1 INTRODUÇÃO

A sexualidade faz parte da vida de todas as pessoas e está presente no desenvolvimento humano desde os primeiros anos. Na escola, ela aparece nas curiosidades, nos comportamentos, nas dúvidas e nas relações que os alunos estabelecem uns com os outros. Entre estudantes com deficiência intelectual, essas manifestações são igualmente comuns e fazem parte do desenvolvimento, como acontece com qualquer estudante. Nem sempre, porém, a escola consegue compreendê-las ou lidar com elas de forma adequada.

A escola é um espaço essencial para esses alunos, de convivência, aprendizado e formação de valores. É nela que acontecem as rotinas diárias, e nessas rotinas o professor precisa estar presente para orientar, escutar e mediar. Faria e Manjinski (2025) observam que o número de estudantes com necessidades educacionais específicas no ensino comum é cada vez maior, mas os professores frequentemente se sentem inseguros para atendê-los. Para os autores, a formação continuada é o que permite ao docente reconhecer as necessidades de cada aluno e escolher metodologias adequadas. No caso da sexualidade, essa lacuna é ainda mais visível. Em levantamento com 451 professores, Maia et al. (2015) verificaram que a grande maioria reconhecia manifestações da sexualidade em seus alunos com deficiência intelectual, mas relatava sentimentos predominantemente negativos diante delas e se considerava pouco preparada para lidar com o tema.

A insegurança costuma surgir porque os professores não recebem formação sobre o tema ou não sabem como lidar com questões ligadas ao corpo, aos afetos e

FACULDADE SANT'ANA EM REVISTA

ISSN: 2526-8023

DOI: **10.5281/zenodo.24405624**

aos relacionamentos entre os alunos (Bortolozzi; Vilaça, 2020; Mendes; Denari, 2023). Com isso, o assunto é evitado ou tratado de forma superficial, o que pode prejudicar o desenvolvimento dos estudantes e a construção de currículos mais inclusivos. Bortolozzi e Vilaça (2020) observaram, por exemplo, que diante de comportamentos sexuais de alunos com deficiência intelectual os professores tendem a priorizar a correção do comportamento, sem refletir sobre por que ele aconteceu nem sobre como preveni-lo. Abordar a sexualidade na educação especial faz parte, portanto, de oferecer a esses alunos uma formação completa, que respeite suas experiências.

É importante investir na formação inicial e continuada de professores, com abordagens teóricas e práticas, para que eles não se sintam intimidados pelo tema. Santos et al. (2026), ao desenvolverem um recurso educacional para a formação continuada de professores voltado à inclusão de estudantes com Transtorno do Espectro Autista, mostram que materiais construídos a partir de pesquisas aplicadas ajudam a aproximar a produção científica da prática docente. A intervenção pedagógica deve se basear no diálogo, na escuta e na mediação, de modo a favorecer práticas mais inclusivas e voltadas às necessidades dos alunos com deficiência intelectual. Diante deste contexto, o objetivo geral deste estudo foi: analisar como a produção acadêmica brasileira publicada entre 2015 e 2025 tem abordado a atuação docente diante das manifestações da sexualidade de estudantes com deficiência intelectual no contexto escolar, identificando os subtemas mais recorrentes e as lacunas desse campo.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

De acordo com a Lei Brasileira de Inclusão (Brasil, 2015), considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. No caso da deficiência intelectual, a Associação Americana sobre Deficiências Intelectuais e do Desenvolvimento (AAIDD) a caracteriza por limitações

ISSN: 2526-8023
DOI: **10.5281/zenodo.24405624**

significativas no funcionamento intelectual e no comportamento adaptativo, que abrangem habilidades conceituais, sociais e práticas e se manifestam durante o período de desenvolvimento (Schalock; Luckasson; Tassé, 2021).

Vigotski tratou do tema no campo que, em sua época, se chamava defectologia, termo que hoje caiu em desuso, mas que marca um momento histórico da área. Para Vigotski (2022), a criança com deficiência não se desenvolve de forma inferior, e sim de maneira própria, a partir das relações que estabelece com o ambiente. Assim, o educador deve dar ênfase às possibilidades de aprendizagem e aos métodos pedagógicos, e não à incapacidade do aluno. Nessa perspectiva, cresce o papel do professor na construção de práticas inclusivas. No caso da sexualidade, isso significa reconhecer que suas manifestações têm valor próprio e precisam ser mediadas no contexto escolar. Cabe ao professor orientar a conversa e favorecer a conscientização e o desenvolvimento dos alunos com deficiência intelectual.

A sexualidade de pessoas com deficiência foi historicamente cercada de preconceitos e equívocos, que ainda influenciam o modo como o tema é visto e tratado na educação. Embora a sexualidade esteja presente em toda a população, no caso das pessoas com deficiência intelectual ela continua envolta em mitos e desinformação (Maia; Ribeiro, 2010). Mendes e Denari (2019) identificam dualidades nas representações sociais sobre a sexualidade das pessoas com deficiência e apontam o preconceito e o desconhecimento como pano de fundo de boa parte da produção científica da área. Entre essas ideias, uma se destaca: a de que essas pessoas seriam assexuadas ou, ao contrário, teriam uma sexualidade descontrolada. Para Maia e Ribeiro (2010), essas ideias funcionam como mitos que sustentam o preconceito, e desfazê-los é condição para que a sexualidade dessas pessoas seja reconhecida.

Ideias como essas impedem que a questão seja tratada de forma realista, tanto na escola quanto em outros contextos sociais. Esses mitos influenciam diretamente o dia a dia escolar e a maneira como os alunos são compreendidos. Por isso, manifestações de comportamento ligadas à sexualidade costumam ser interpretadas como "problemáticas", quando na verdade fazem parte do desenvolvimento humano.

ISSN: 2526-8023

DOI: **10.5281/zenodo.24405624**

Outro ponto levantado pela literatura é que, mesmo quando as pessoas com deficiência intelectual são o foco do estudo, elas raramente aparecem como protagonistas das próprias experiências.

Mendes e Denari (2019) observam que, em muitos estudos, quem fala sobre a sexualidade desse grupo são professores, familiares ou outros profissionais, o que revela um processo histórico de silenciamento. Esse silenciamento alimenta o estereótipo de dependência e incapacidade e impede uma compreensão mais completa de como essas pessoas vivem a própria sexualidade.

Perde-se, assim, o ponto de vista de quem vive a experiência. Na escola, isso se reflete no trabalho pedagógico, porque muitas intervenções partem de visões externas, e não das necessidades dos alunos. É preciso, portanto, criar espaços de escuta e diálogo em que o aluno seja reconhecido como sujeito ativo do processo de aprendizagem.

A forma como o professor atua diante da sexualidade de alunos com deficiência intelectual depende diretamente de como ele entende o tema e da formação que recebeu (Maia et al., 2015).

Mendes e Denari (2019) apontam que ainda há grandes lacunas no tratamento da sexualidade, tanto na escola quanto na família. Essas lacunas mantêm dúvidas, preconceitos e dificuldades nas relações sociais. Sem orientação suficiente, os alunos ficam mais vulneráveis e têm mais dificuldade para construir relações saudáveis.

Cabe à escola, portanto, ir além da educação sexual de caráter biológico e incluir questões de respeito, convivência e autonomia.

3 METODOLOGIA

O estudo que compôs este artigo foi uma revisão narrativa da literatura. Segundo Rother (2007), esse tipo de revisão é apropriado para descrever e discutir o desenvolvimento ou o estado da arte de um determinado assunto, sob o ponto de vista teórico ou contextual, e não exige os protocolos e o registro prévio de uma revisão sistemática. Ao contrário da revisão sistemática, a revisão narrativa permite maior

ISSN: 2526-8023
DOI: **10.5281/zenodo.24405624**

liberdade aos pesquisadores na realização das buscas, na seleção e na discussão dos materiais. Enquanto a revisão sistemática de literatura prevê a comunicação explícita de todas as etapas de busca e seleção de textos, possibilitando futuras replicações do estudo, a revisão narrativa não trabalha com este aspecto obrigatoriamente.

Ainda assim, neste estudo, a busca e a seleção dos estudos seguiram bases, descritores e critérios definidos antes da busca e apresentados nos parágrafos seguintes. Foram investigadas produções científicas relacionadas à prática de professores para lidar com as manifestações da sexualidade de estudantes com deficiência intelectual no sistema escolar.

Os dados foram coletados por meio de buscas realizadas nas bases Google Acadêmico e SciELO (Scientific Electronic Library Online), plataformas amplamente utilizadas na produção científica nacional, com recorte temporal de 2015 a 2025 e foco em publicações em língua portuguesa. As buscas foram realizadas em outubro de 2026. No Google Acadêmico, aplicou-se o filtro de período personalizado (2015 a 2025), e os registros foram examinados separadamente para cada descritor. Como essa base não permite reproduzir a busca com exatidão e informa números aproximados, a busca foi complementada pela SciELO, base indexada com resultados reproduzíveis. A chave de busca com os termos e operadores booleanos foi: "Deficiência Intelectual"; "Sexualidade em Alunos com Deficiência Intelectual"; "Sexualidade" AND "Deficiência Intelectual"; e "Sexualidade" AND "Inclusão". O número de registros recuperados por descritor em cada base é apresentado no Quadro 1. Na SciELO, a busca foi refeita em 26 de outubro de 2026, em todas as coleções da base, com os descritores entre aspas e o filtro de ano de publicação de 2015 a 2025; somados os registros do Google Acadêmico e da SciELO, foram identificados 9.489 resultados.

FACULDADE SANT'ANA EM REVISTA

ISSN: 2526-8023

DOI: **10.5281/zenodo.24405624**

Quadro 1 – Resultados das buscas por descritor e base de dados

Descritor	Google Acadêmico*	SciELO**
"Deficiência Intelectual"	4.580	352
"Sexualidade em Alunos com Deficiência Intelectual"	226	2
"Sexualidade" AND "Deficiência Intelectual"	420	5
"Sexualidade" AND "Inclusão"	3.820	84
Total	**9.046**	**443**

* Valores aproximados, conforme informado pela própria base. ** Busca original feita em outubro de 2026. Busca refeita em 26/10/2026, todas as coleções, registros de 2015 a 2025.

Fonte: elaborado pelos autores (2026).

Os critérios de inclusão foram: artigos publicados em periódicos com revisão por pares, disponíveis na íntegra em língua portuguesa, publicados entre 2015 e 2025 e que abordassem a sexualidade no contexto da deficiência intelectual, com ênfase na atuação docente, nas práticas pedagógicas, na formação de professores ou nas experiências dos próprios sujeitos no espaço escolar. Os critérios de exclusão foram: estudos duplicados; trabalhos sem relação direta com o problema de pesquisa ou que tratassem da sexualidade fora do contexto educacional; publicações sem acesso ao texto completo; e pesquisas de cunho exclusivamente quantitativo.

Uma vez concluída a busca primária, foram removidos os registros duplicados e os títulos e resumos dos estudos restantes foram lidos para verificar sua relação com o tema proposto. Em seguida, os estudos pré-selecionados foram lidos na íntegra, momento em que os critérios de inclusão e exclusão foram aplicados com maior rigor. Todas as etapas de seleção foram realizadas pela primeira autora e revisadas pelo segundo autor. Na SciELO, partiu-se do princípio de que um estudo pertinente precisaria tratar, ao mesmo tempo, de sexualidade e de deficiência intelectual. Por isso, os registros dos descritores amplos ("Deficiência Intelectual" e "Sexualidade" AND "Inclusão") que não contemplavam essa intersecção foram excluídos, e a leitura de títulos e resumos concentrou-se nos descritores que a contemplavam. Dos 7 registros desses descritores, 2 eram repetidos entre eles e 3 foram excluídos por não abordarem o contexto educacional (estudos sobre envelhecimento e família, terapia ocupacional com cuidadoras e aspectos jurídicos da tomada de decisão apoiada), restando 2 artigos que atenderam aos critérios: Simões

(2015) e Maia et al. (2015). No Google Acadêmico, a quantidade de registros descartados nas etapas iniciais não foi anotada durante o processo, o que é reconhecido como limitação do estudo. Na leitura na íntegra, foram excluídos, entre outros, trabalhos que não atendiam ao tipo de publicação definido (uma dissertação de mestrado, uma cartilha institucional, um e-book e uma publicação institucional) ou que estavam fora do recorte temporal (publicações de 2011, 2014 e 2026). Esses trabalhos não compõem o corpus, mas, por sua relevância teórica, são retomados na análise como literatura de apoio. Ao final do processo, 10 artigos compuseram o corpus da pesquisa. A condição de revisão por pares de cada periódico foi conferida nas políticas editoriais publicadas em seus sites.

Os estudos que compuseram o corpus da pesquisa, organizados por ano de publicação e pelo subtema principal identificado na análise, podem ser conferidos no Quadro 2.

Quadro 2 – Estudos que compõem o corpus da pesquisa

Nº	Autor(es) e ano	Título	Subtema principal
1	Harlos e Denari (2015)	Sociologia da deficiência: vozes por significados e práticas (mais) inclusivas	Vivência dos sujeitos e familiares
2	Simões (2015)	Deficiência intelectual, gênero e sexualidade: algumas notas etnográficas em uma APAE do interior do Estado de São Paulo	Gênero e sexualidade
3	Maia et al. (2015)	Opinião de professores sobre a sexualidade e a educação sexual de alunos com deficiência intelectual	Atuação e formação docente
4	Ceccarelli e Andrade (2018)	O sexual, a sexualidade e suas apresentações na atualidade	Gênero e sexualidade
5	Mendes e Denari (2019)	Deficiência e sexualidade: uma análise bibliométrica	Estigmas e preconceitos
6	Oliveira e Lacerda (2020)	A relação entre sexualidade e deficiência intelectual na atuação de professores	Atuação e formação docente
7	Mendes e Denari (2021)	Violência sexual contra pessoas com deficiência nos últimos 10 anos: uma revisão sistemática	Violência sexual
8	Mendes e Denari (2022)	Sexo e deficiência: discursos de jovens diagnosticados com deficiência intelectual e de seus familiares	Vivência dos sujeitos e familiares
9	Zuin, Leão e Denari (2022)	Sexualidade e deficiência intelectual: estigmas e preconceitos	Estigmas e preconceitos
10	Mendes e Denari (2023)	Sexo e deficiência: educação sexual de discentes com deficiência intelectual segundo suas professoras	Atuação e formação docente

Fonte: elaborado pelos autores (2026).

ISSN: 2526-8023
DOI: **10.5281/zenodo.24405624**

A análise dos dados foi qualitativa e buscou identificar padrões nos estudos, em especial as dificuldades dos professores, as falhas na formação docente, as formas de lidar com a sexualidade na escola e as metodologias pedagógicas empregadas. A partir dessa análise, discutiu-se a necessidade de práticas pedagógicas conscientes e inclusivas, que respondam às demandas do cotidiano escolar.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O corpus analisado reúne 10 artigos científicos revisados por pares, publicados entre 2015 e 2023 e recuperados no Google Acadêmico e na SciELO (Quadro 2). Entre eles há estudos empíricos com professores, jovens e familiares, um estudo etnográfico, uma análise bibliométrica, uma revisão sistemática e ensaios teóricos. Chama atenção a concentração da produção em um mesmo grupo de pesquisa: seis dos dez artigos têm participação de Fátima Elisabeth Denari. A leitura integral dos estudos permitiu organizá-los em cinco subtemas: estigmas e preconceitos; atuação e formação docente; vivência da sexualidade pelos próprios sujeitos e por seus familiares; gênero e sexualidade; e violência sexual.

O primeiro subtema reúne os estigmas e preconceitos que historicamente cercam a vida afetivo-sexual de pessoas com deficiência intelectual. Zuin, Leão e Denari (2022) examinam como discursos históricos de controle e tutela produzem sobre esses sujeitos uma espécie de assexualização compulsória. Mendes e Denari (2019), na análise bibliométrica que realizaram, confirmam que esse é o eixo mais estudado na área e que ele atravessa boa parte da produção levantada. Esses achados dialogam com o estudo de Santos (2007), anterior ao período analisado, que, a partir do pensamento de Foucault, já descrevia como as instituições operam para regular, silenciar ou patologizar essa experiência.

A atuação docente e a formação de professores, foco deste estudo, constituem o segundo subtema. Oliveira e Lacerda (2020) mostram que professores de instituições especializadas tendem a responder às manifestações de sexualidade dos

ISSN: 2526-8023
DOI: **10.5281/zenodo.24405624**

alunos com evitação ou repreensão, menos por má vontade e mais por despreparo. Mendes e Denari (2023), a partir do relato de professoras de discentes com deficiência intelectual, demonstram que a formação inicial e continuada raramente aborda o tema com a profundidade necessária. Maia et al. (2015), em levantamento com 451 professores, confirmam esse quadro: a maioria reconhece manifestações da sexualidade em seus alunos com deficiência intelectual, mas reage a elas com sentimentos predominantemente negativos e se considera pouco preparada. Na mesma direção, a revisão integrativa de Corrêa, Mota e Alves (2023), não incluída no corpus por se tratar de publicação institucional, aponta que as políticas públicas voltadas à inclusão da temática nas escolas encontram entraves morais e religiosos.

A vivência da sexualidade pelos próprios sujeitos e por seus familiares aparece como terceiro subtema. Mendes e Denari (2022) mostram que jovens com deficiência intelectual reconhecem e reivindicam sua sexualidade, mas encontram barreiras em múltiplas frentes, da família à escola, passando pelas instituições de apoio. Harlos e Denari (2015) oferecem um quadro teórico para compreender essas barreiras como construções sociais, e não como decorrências naturais da deficiência. O estudo de Vieira e Coelho (2014), anterior ao recorte, reforça esse quadro ao mostrar que jovens com deficiência intelectual se sentem pouco informados sobre sexualidade.

Gênero e sexualidade como dimensões articuladas formam o quarto subtema. Simões (2015), em estudo etnográfico realizado em uma APAE do interior de São Paulo, mostra como essas questões se manifestam na prática institucional. Ceccarelli e Andrade (2018), a partir de referenciais psicanalíticos, discutem como os discursos sobre sexualidade continuam marcados por uma moral sexual conservadora. Fora do corpus, Porcellis e Krause (2024) apresentam distinções conceituais entre sexo, gênero, expressão de gênero e sexualidade ainda pouco conhecidas no ambiente escolar, e Serrano et al. (2026) articulam deficiência, gênero e identidade sob a lente da interseccionalidade, o que indica que esse subtema tende a crescer.

Por fim, a violência sexual aparece como subtema transversal. Mendes e Denari (2021) demonstram que pessoas com deficiência intelectual estão entre as mais expostas a situações de abuso, o que torna a educação sexual no contexto

ISSN: 2526-8023
DOI: **10.5281/zenodo.24405624**

escolar também uma questão de proteção. Materiais anteriores ao período analisado, como a cartilha de Sodelli (2013) e o texto de Denari (2011), já defendiam que o direito ao ser e ao estar no mundo inclui a dimensão afetivo-sexual, frequentemente negada a jovens com deficiência intelectual.

Os resultados desta revisão indicam que a atuação docente diante das manifestações da sexualidade de estudantes com deficiência intelectual ainda é marcada por dificuldades, e que essas dificuldades não podem ser separadas da forma como a própria deficiência é compreendida. A definição da AAIDD, apresentada na introdução, desloca o foco da incapacidade individual para a relação entre a pessoa e o ambiente, o que, na perspectiva de Vigotski (2022), significa reconhecer que a criança com deficiência se desenvolve de maneira própria, e não inferior. Quando o professor não parte dessa compreensão, tende a ler as manifestações de sexualidade do aluno como sintoma da deficiência, e não como parte do seu desenvolvimento.

O despreparo docente é o achado mais consistente do corpus (Maia et al., 2015). Oliveira e Lacerda (2020) observaram que professores de instituições especializadas respondem às manifestações de sexualidade com evitação ou repreensão, e Mendes e Denari (2023), ao ouvirem professoras de estudantes com deficiência intelectual, constataram que o tema quase não aparece na formação inicial e continuada. Esse quadro não é novo. Melo e Bergo (2003) já descreviam professores que, sem preparo, adiavam intervenções ou recorriam a soluções improvisadas. O fato de o mesmo diagnóstico se repetir com duas décadas de distância sugere que o problema é sistêmico e ligado à formação, e não fruto de desinteresse dos professores. Muitos deles reconhecem a importância do tema, mas não sabem como abordá-lo, e essa insegurança leva à omissão ou a práticas de senso comum que nem sempre favorecem o desenvolvimento do aluno.

O segundo ponto de convergência diz respeito às concepções equivocadas sobre a sexualidade dessas pessoas. Zuin, Leão e Denari (2022) mostram como discursos de controle e tutela produzem uma espécie de assexualização compulsória, e Mendes e Denari (2019) identificam o preconceito e o desconhecimento como pano de fundo de boa parte da produção da área. Na escola, essas ideias têm efeito direto.

ISSN: 2526-8023
DOI: **10.5281/zenodo.24405624**

Como apontam Melo e Bergo (2003), demonstrações simples de afeto ou de curiosidade podem ser interpretadas como comportamento inadequado e provocar respostas desproporcionais dos adultos. Quando a sexualidade é vista como problema, a intervenção tende a ser repressiva ou simplesmente não acontece.

Esse silêncio tem consequências concretas. Mendes e Denari (2021) mostram que pessoas com deficiência intelectual estão entre as mais expostas à violência sexual, e a falta de informação sobre o próprio corpo, sobre limites e sobre formas de proteção aumenta essa vulnerabilidade. Trabalhar a sexualidade na escola consiste, portanto, em orientar, esclarecer e promover relações baseadas no respeito, e não em incentivar comportamentos, o que também protege os estudantes.

Os estudos revelam ainda uma lacuna de protagonismo. Poucos artigos do corpus dão voz diretamente às pessoas com deficiência intelectual, e, quando isso acontece, o que elas dizem contrasta com a imagem de assexualidade. Os jovens ouvidos por Mendes e Denari (2022) reconhecem e reivindicam sua sexualidade, mas esbarram em barreiras na família, na escola e nas instituições de apoio. Harlos e Denari (2015) ajudam a entender essas barreiras como construções sociais, o que significa que elas podem ser transformadas. Para a prática docente, isso implica criar espaços de escuta em que o aluno seja tratado como sujeito da própria experiência, e não apenas como alvo de intervenção.

A articulação entre escola e família aparece como condição para que essas mudanças se sustentem. Os achados de Mendes e Denari (2022) mostram que muitas das barreiras começam em casa, o que indica que a abordagem da sexualidade não pode ser responsabilidade exclusiva do professor. As intervenções tendem a ser mais consistentes quando escola, família e outros profissionais conversam entre si.

No plano legal, a Constituição Federal (Brasil, 1988), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Brasil, 1996), a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008) e a Lei Brasileira de Inclusão (Brasil, 2015) garantem o direito à educação, o respeito à diversidade e a participação e a aprendizagem dos estudantes com deficiência, em consonância com a compreensão da educação inclusiva como direito humano fundamental (França; Cuchupica;

ISSN: 2526-8023
DOI: **10.5281/zenodo.24405624**

Martiniak, 2024). Ainda assim, há um descompasso entre o que está na lei e o que acontece na sala de aula (França; Cuchupica; Martiniak, 2024; Faria; Manjinski, 2025). Os estudos de Ceccarelli e Andrade (2018) e de Simões (2015) ajudam a explicar parte dele: os discursos sobre sexualidade seguem marcados por uma moral conservadora, e as instituições reproduzem essa moral em suas práticas cotidianas.

Diante desse quadro, a formação docente aparece como o caminho mais indicado (Santos et al., 2026). Mantoan (2003) e Faria e Manjinski (2025) lembram que a inclusão vai além do acesso à escola e exige condições para que todos participem e aprendam de acordo com suas especificidades, e Silva e Garcez (2019) defendem que o ensino considere, além dos aspectos cognitivos, as dimensões sociais e afetivas do desenvolvimento. Reconhecer a sexualidade como parte do desenvolvimento humano é, portanto, condição para práticas pedagógicas inclusivas, baseadas no diálogo, na escuta e na mediação.

A própria composição do corpus diz algo sobre o campo. Apenas dez artigos atenderam a todos os critérios em um período de onze anos, e seis deles têm participação de uma mesma pesquisadora, o que indica uma produção ainda concentrada em poucos grupos. Não foram encontrados, entre os estudos selecionados, trabalhos que avaliassem programas de formação docente sobre o tema nem pesquisas que articulassem deficiência intelectual, gênero e raça. São lacunas que dificultam a construção de propostas baseadas em evidências para a prática docente.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta revisão narrativa teve como objetivo analisar como a produção acadêmica brasileira publicada entre 2015 e 2025 tem abordado a atuação docente diante das manifestações da sexualidade de estudantes com deficiência intelectual no contexto escolar. Os dez artigos analisados se organizam em cinco subtemas: estigmas e preconceitos, atuação e formação docente, vivência da sexualidade pelos próprios sujeitos e por seus familiares, gênero e sexualidade, e violência sexual.

ISSN: 2526-8023
DOI: **10.5281/zenodo.24405624**

O principal achado é que a dificuldade dos professores em lidar com o tema tem origem mais na formação do que na falta de interesse. Sem preparo, e ainda influenciados pela ideia de que essas pessoas seriam assexuadas ou descontroladas, muitos docentes respondem às manifestações de sexualidade com silêncio ou repreensão. Esse silêncio mantém os estudantes desinformados sobre o próprio corpo e sobre seus limites, o que aumenta a vulnerabilidade a situações de violência.

Por isso, a formação de professores precisa ser fortalecida em diferentes momentos da carreira, com espaço para discussões aprofundadas sobre sexualidade na educação especial. O objetivo é dar aos professores segurança e preparo para lidar com o que acontece de fato na escola, sem antecipar ou promover comportamentos. Trata-se de orientar para o diálogo e para relações construídas no respeito e na convivência.

A revisão também evidencia lacunas. Faltam pesquisas que ouçam diretamente as pessoas com deficiência intelectual, estudos que avaliem propostas de formação docente e investigações que articulem deficiência, gênero e raça. Falar da sexualidade dessas pessoas sem ouvi-las reproduz a lógica tutelar que os próprios estudos criticam.

Esta revisão tem limitações. Por ser narrativa, a seleção dos estudos não seguiu um protocolo registrado, e, no Google Acadêmico, a quantidade de registros descartados nas etapas iniciais da triagem não foi anotada, o que reduz sua reprodutibilidade. Pelo mesmo motivo, a revisão não pretendeu esgotar a produção sobre o tema, e é possível que estudos pertinentes não tenham sido captados pela seleção. O Google Acadêmico, uma das bases consultadas, fornece resultados aproximados e difíceis de reproduzir, o que se procurou atenuar registrando a data e os parâmetros da busca e complementando-a com a SciELO, e a busca se restringiu a publicações em língua portuguesa. Além disso, poucos artigos atenderam a todos os critérios de inclusão, o que por si só mostra a escassez de pesquisas sobre o tema. Estudos futuros podem ampliar as bases consultadas e incluir a produção internacional.

ISSN: 2526-8023

DOI: **10.5281/zenodo.24405624**

Enquanto a escola tratar a sexualidade de estudantes com deficiência intelectual como um problema a ser controlado, e não como uma dimensão humana que merece atenção e cuidado, a educação inclusiva continuará incompleta. Espera-se que esta revisão ajude a orientar novas pesquisas e práticas pedagógicas sobre o tema na educação especial.

REFERÊNCIAS

BORTOLOZZI, Ana Claudia; VILAÇA, Teresa. Educação sexual na educação inclusiva: atitudes de professores diante de situações projetivas envolvendo comportamentos sexuais de alunos. **Diversidade e Educação**, Rio Grande, v. 8, n. 1, p. 190-211, 2020. DOI: 10.14295/de.v8i1.11307.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 27833, 23 dez. 1996.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 2, 7 jul. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF: MEC, 2008.

CECCARELLI, Paulo Roberto; ANDRADE, Eduardo Lucas. O sexual, a sexualidade e suas apresentações na atualidade. **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental**, São Paulo, v. 21, n. 2, p. 229-250, 2018. DOI: 10.1590/1415-4714.2018v21n2p229.2.

CORRÊA, Fernanda Geórgia Isidoro; MOTA, Isabel Kathyane da Silva; ALVES, Francisco Régis Vieira. **Educação e sexualidade**: uma revisão integrativa da literatura. Fortaleza: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará, 2023.

ISSN: 2526-8023

DOI: **10.5281/zenodo.24405624**

DENARI, Fátima Elisabeth. Adolescência, afetividade, sexualidade e deficiência intelectual: o direito ao ser/estar. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 5, n. 1, p. 44-52, 2011.

FARIA, Sandra Cecilia Jurach; MANJINSKI, Everson. Educação inclusiva: desafios, potencialidades e reflexões. **Faculdade Sant'Ana em Revista**, Ponta Grossa, v. 9, p. 80-95, 1. sem. 2025. DOI: 10.5281/zenodo.15831367.

FRANÇA, Benjamim Tiago; CUCHUPICA, Colarinho Brito; MARTINIAK, Vera Lucia. A educação inclusiva em Moçambique e os direitos humanos como pilar da diversidade. **Faculdade Sant'Ana em Revista**, Ponta Grossa, v. 8, p. 353-364, 2. sem. 2024. DOI: 10.5281/zenodo.14559586.

HARLOS, Franco Ezequiel; DENARI, Fátima Elisabeth. Sociologia da deficiência: vozes por significados e práticas (mais) inclusivas. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 10, n. 1, p. 180-196, 2015.

MAIA, Ana Claudia Bortolozzi; RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. Desfazendo mitos para minimizar o preconceito sobre a sexualidade de pessoas com deficiências. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 16, n. 2, p. 159-176, 2010. DOI: 10.1590/S1413-65382010000200002.

MAIA, Ana Claudia Bortolozzi *et al.* Opinião de professores sobre a sexualidade e a educação sexual de alunos com deficiência intelectual. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 32, n. 3, p. 427-435, 2015. DOI: 10.1590/0103-166X2015000300008.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar**: o que é? por quê? como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.

MELO, Marcos Ribeiro de; BERGO, Maria Stela de Araújo de Albuquerque. Atuação do professor diante de manifestações da sexualidade nos alunos portadores de deficiência mental. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 9, n. 2, p. 227-236, jul./dez. 2003.

MENDES, Marlon Jose Gavlik; DENARI, Fátima Elisabeth. Deficiência e sexualidade: uma análise bibliométrica. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 14, n. esp. 2, p. 1357-1374, 2019. DOI: 10.21723/riaee.v14iesp.2.12124.

MENDES, Marlon Jose Gavlik; DENARI, Fátima Elisabeth. Sexo e deficiência: discursos de jovens diagnosticados com deficiência intelectual e de seus familiares. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 17, n. 1, p. 263-280, 2022. DOI: 10.21723/riaee.v17i1.15336.

ISSN: 2526-8023

DOI: **10.5281/zenodo.24405624**

MENDES, Marlon Jose Gavlik; DENARI, Fátima Elisabeth. Sexo e deficiência: educação sexual de discentes com deficiência intelectual segundo suas professoras. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 18, n. 00, e023091, 2023. DOI: 10.21723/riaee.v18i00.17162.

MENDES, Marlon Jose Gavlik; DENARI, Fátima Elisabeth. Violência sexual contra pessoas com deficiência nos últimos 10 anos: uma revisão sistemática. **DOXA**: Revista Brasileira de Psicologia e Educação, Araraquara, v. 22, n. 00, e021013, 2021. DOI: 10.30715/doxa.v22i00.15335.

OLIVEIRA, Valdirene Alves Ferreira de; LACERDA, Léia Teixeira. A relação entre sexualidade e deficiência intelectual na atuação de professores. **Revista Brasileira de Educação, Cultura e Linguagem**, Campo Grande, v. 4, n. 7, p. 100-124, 2020.

PORCELLIS, Renata; KRAUSE, Kai. **Qual é a diferença?** sexo, gênero, expressão de gênero e sexualidade. Ponta Grossa: Atena, 2024. (Coleção Explicando Gênero). DOI: 10.22533/at.ed.681242207.

ROTHER, Edna Terezinha. Revisão sistemática X revisão narrativa. **Acta Paulista de Enfermagem**, São Paulo, v. 20, n. 2, p. v-vi, 2007. DOI: 10.1590/S0103-21002007000200001.

SANTOS, Kerolin Andrion dos *et al.* EduPraxis: desenvolvimento de um recurso educacional para formação continuada de professores na educação inclusiva. **Faculdade Sant'Ana em Revista**, Ponta Grossa, v. 10, p. 16-31, 1. sem. 2026. DOI: 10.5281/zenodo.21688419.

SANTOS, Miriam. **Sexualidade da pessoa com deficiência mental**: entre discursos de verdade e a possibilidade de outras práticas de si. 2007. 167 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2007.

SCHALOCK, Robert L.; LUCKASSON, Ruth; TASSÉ, Marc J. **Intellectual disability**: definition, diagnosis, classification, and systems of supports. 12. ed. Silver Spring: American Association on Intellectual and Developmental Disabilities, 2021.

SERRANO, Gabriel Rodrigues *et al.* Sexualidade e gênero na educação especial: uma análise crítica sob a lente da interseccionalidade. **RECIMA21**: Revista Científica Multidisciplinar, [s. l.], v. 7, n. 6, e767878, 2026. DOI: 10.47820/recima21.v7i6.7878.

SILVA, Claudia Lopes da; GARCEZ, Liliane. **Educação inclusiva**. Londrina: Editora e Distribuidora Educacional S.A., 2019.

SIMÕES, Julian. Deficiência intelectual, gênero e sexualidade: algumas notas etnográficas em uma APAE do interior do Estado de São Paulo-Brasil. **Revista de la**

ISSN: 2526-8023

DOI: **10.5281/zenodo.24405624**

Facultad de Medicina, Bogotá, v. 63, n. 3 supl., p. 143-148, 2015. DOI: 10.15446/revfacmed.v63n3sup.50122.

SODELLI, Fernanda. **Cartilha de orientação sobre sexualidade e deficiência intelectual**. São Paulo: Instituto Mara Gabrilli, 2013.

VIEIRA, Camila Mugnai; COELHO, Marili André. Sexualidade e deficiência intelectual: concepções, vivências e o papel da educação. **Revista Tempos e Espaços em Educação**, São Cristóvão, v. 7, n. 13, p. 201-212, maio/ago. 2014. DOI: 10.20952/revtee.v0i0.3268.

VIGOTSKI, Lev Semionovich. **Obras completas**: tomo cinco: fundamentos de defectologia. Tradução do Programa de Ações Relativas às Pessoas com Necessidades Especiais (PEE). 2. ed. Cascavel: EDUNIOESTE, 2022.

ZUIN, Luiz Fernando; LEÃO, Andreza Marques de Castro; DENARI, Fátima Elisabeth. Sexualidade e deficiência intelectual: estigmas e preconceitos. **Apae Ciência**, Brasília, DF, v. 17, n. 2, 2022. DOI: 10.29327/216984.17.2-5.

Recebido em 20/09/2026
Versão corrigida recebida em 20/10/2026
Aceito em 13/11/2026
Publicado online em 20/11/2026